



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Concurso Público para provimento de cargos de
Técnico - Área Administrativa

Caderno de Prova, Cargo 46, Tipo 001
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Fevereiro/2007

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Atenção: As questões de números 1 a 15 referem-se ao texto seguinte.

A propósito de uma aranha

Fiquei observando a aranha que construía sua teia, com os fios que saem dela como um fruto que brota e se alonga de sua casca. A aranha quer viver, e trabalha nessa armadilha caprichosa e artística que surpreenderá os insetos e os enredará para morrer. **Tua morte, minha vida** – diz uma frase antiga, resumindo a lei primeira da natureza. A frase pode soar amarga em nossos ouvidos delicados, enquanto comemos nosso franguinho. Sua morte, vida nossa.

Os vegetarianos não fiquem aliviados, achando que, além de terem hábitos mais saudáveis, não dependem da morte alheia para viver. É verdade que a alface, a cenoura, a batata, o arroz, o espinafre, a banana, a laranja não costumam gritar quando arrancados da terra, decepados do caule, cortados e processados na cozinha. Mas por que não imaginar que estavam muito bem em suas raízes, e se deleitavam com o calor do sol, com a água refrescante da chuva, com os sopros do vento? Sua morte, vida nossa.

Mas voltemos à aranha. Ela não aprendeu arquitetura ou geometria, nada sabe sobre paralelas e losangos; vive da ciência aplicada e laboriosa dos fios quase invisíveis que não perdoam o incauto. Uma vez preso na teia, o inseto que há pouco voava debate-se inutilmente, enquanto a aranha caminha com leveza em sua direção, percorrendo resoluta o labirinto de malhas familiares. Se alguém salvar esse inseto, num gesto de misericórdia, e se dispuser a salvar todos os outros que caírem na armadilha, a aranha morrerá de fome. Em outras palavras: a boa alma tomará partido entre duas mortes.

A cada pequena cena, a natureza nos fala de sua primeira lei: a lei da necessidade. O engenho da aranha, a eficácia da teia, o vôo do inseto desprevenido compõem uma trama de vida e morte, da qual igualmente participamos todos nós, os bichos pensantes. Que necessidade tem alguém de ser cronista? – podem vocês me perguntar. O que leva alguém a escrever sobre teias e aranhas? Minha resposta é crua como a natureza: os cronistas também comem. E como não sabem fazer teias, tecem palavras, e acabam atendendo a necessidade de quem gosta de ler. A pequena aranha, com sua pequena teia, leva a gente a pensar na vida, no trabalho, na morte. A natureza está a todo momento explicando suas verdades para nós. Se eu soubesse a origem e o fim dessas verdades todas, acredite, leitor, esta crônica teria um melhor arremate.

(Virgílio Covarim)

1. A observação de uma aranha e sua teia levam o cronista a tratar
 - (A) da crueldade e da irracionalidade das leis naturais.
 - (B) do universo extravagante em que vivem os insetos.
 - (C) do princípio da necessidade, pelo qual se regula a natureza.
 - (D) da dificuldade de se relacionar a vida com a morte.
 - (E) das leis da natureza, que só o homem consegue desafiá-las.

2. Atente para as seguintes afirmações:
 - I. A frase *tua morte, minha vida* sintetiza uma lei que se aplica sobretudo a determinadas espécies do reino animal.
 - II. A *lei da necessidade*, tal como a enuncia o texto, expressa o nosso desejo de sobrepujar a força dos instintos naturais.
 - III. A teia da aranha e o texto do cronista são tratados como trabalhos movidos pela força de uma necessidade.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) II, apenas.
 - (E) III, apenas.
3. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de frase ou expressão do texto em:
 - (A) *armadilha caprichosa e artística* (1º parágrafo) = citada cruel e atraente.
 - (B) *não perdoam o incauto* (3º parágrafo) = não consideram o medroso.
 - (C) *percorrendo resoluta* (3º parágrafo) = dirigindo-se orgulhosa.
 - (D) *compõem uma trama* (4º parágrafo) = articulam uma relação.
 - (E) *um melhor arremate* (4º parágrafo) = uma conclusão hipotética.

4. Estabelece-se, no primeiro parágrafo, uma comparação direta entre estes dois elementos:
 - (A) um fruto e sua casca.
 - (B) os fios da teia e um fruto.
 - (C) a aranha e o franguinho.
 - (D) os fios da teia e a aranha.
 - (E) a aranha e um fruto.

<p>5. A concordância verbal está plenamente respeitada na frase:</p> <p>(A) Nem a banana, nem a laranja, nem a batata, nenhum desses vegetais escolheria morrer, se lhes fosse dada uma escolha.</p> <p>(B) Não devem aliviar os vegetarianos a presunção de que eles não matam nada para comer.</p> <p>(C) Os fios de uma laboriosa e artística teia de aranha costuma enredar fatalmente um inseto desprevenido.</p> <p>(D) Atribuem-se às aranhas um comportamento cruel, como se elas pudessem escolher qualquer outro.</p> <p>(E) Entre as leis que regulam a vida natural, competem-nos obedecer, em primeiro lugar, à da própria sobrevivência.</p>	<p>9. A expressão com que preenche corretamente a lacuna da seguinte frase:</p> <p>(A) Os fios se vale a aranha para tecer sua teia são praticamente invisíveis.</p> <p>(B) As mais duras leis da natureza, é impossível para nós combater, são ditadas pela necessidade de viver e de morrer.</p> <p>(C) Pergunto-me armas pode contar essa aranha, afora os fios da magnífica teia que sabe tecer.</p> <p>(D) A necessidade de escrever, o autor nos confessa ao fim do texto, é compreendida como uma lei também natural.</p> <p>(E) A comparação o cronista estabelece entre uma teia de aranha e um texto não deixa de ser justificável.</p>
<p>6. A frase que NÃO admite transposição para a voz passiva é:</p> <p>(A) Fiquei observando a construção caprichosa da teia da aranha.</p> <p>(B) Os vegetarianos não fiquem aliviados.</p> <p>(C) Tudo isso compõe uma trama de vida e morte.</p> <p>(D) Eu teria reservado um melhor arremate para esta crônica.</p> <p>(E) A natureza vai explicitando suas verdades o tempo todo.</p>	<p>10. Está inteiramente correta a pontuação do período:</p> <p>(A) Sejam animais, sejam vegetais, tudo o que se alimenta e é alimento está sujeito, não há dúvida, à lei da necessidade de sobreviver.</p> <p>(B) Sejam animais sejam vegetais, tudo o que se alimenta, e é alimento está sujeito, não há dúvida, à lei, da necessidade de sobreviver.</p> <p>(C) Sejam animais, sejam vegetais, tudo, o que se alimenta, e é alimento, está sujeito – não há dúvida à lei da necessidade de sobreviver.</p> <p>(D) Sejam animais; sejam vegetais: tudo o que se alimenta e é alimento, está sujeito, não há dúvida, à lei da necessidade de sobreviver.</p> <p>(E) Sejam animais; sejam vegetais, tudo o que se alimenta e é alimento, está sujeito não há dúvida: à lei da necessidade de sobreviver.</p>
<p>7. Está clara, coerente e correta a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Assim como um fruto parece sair de sua casca, à medida que a aranha tece sua teia, que em suas malhas acabam aprisionando o inseto desprevenido.</p> <p>(B) Sempre houveram os que não se lembram que a morte se verifica tão somente no reino animal, ao passo que os vegetais não.</p> <p>(C) Não adianta de nada salvar-se um inseto, conquanto algum outro virá a cair igualmente em cuja armadilha o primeiro foi salvo.</p> <p>(D) Não imagine o homem que, por ser um animal racional, esteja imune às mais cruas leis da natureza.</p> <p>(E) Todo escritor almeja de que compor um texto tão belo e eficaz assim como uma teia da aranha, é uma tarefa de cuja tem muita necessidade.</p>	<p>11. Quando a aranha tece sua teia, ela <u>faz sua teia</u> com fios muito finos, de modo que os insetos não <u>vêem</u> esses fios, e não conseguem desvencilhar-se <u>desses fios</u>.</p> <p>Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, respectivamente, por</p> <p>(A) faz-lhe – lhes vêem – deles</p> <p>(B) a faz – vêem eles – dos mesmos</p> <p>(C) faz ela – os vêem – deles</p> <p>(D) lhe faz – vêem-lhes – daqueles</p> <p>(E) a faz – os vêem – deles</p>
<p>8. Está adequada a correlação entre os tempos e os modos verbais na frase:</p> <p>(A) Nenhum inseto acabaria aprisionado numa teia, caso esta não tivesse sido tecida com tanto engenho e arte.</p> <p>(B) Os vegetarianos não deveriam alegar que não mactassem nada, apenas porque não viessem a comer a carne dos animais.</p> <p>(C) Se um inseto cair na teia, a aranha terá caminhado para ele com a segurança de quem soubesse o que fazer.</p> <p>(D) Não costuma ocorrer aos que se insurgissem contra a morte de animais que também os vegetais morreriam.</p> <p>(E) O autor da crônica lamentara que não tenha um melhor arremate para seu texto, uma vez que desconheça as razões e os fins da natureza.</p>	<p>12. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do plural para preencher corretamente a lacuna da frase:</p> <p>(A) Não (dever) espantar-nos o fato de que mesmo os grandes insetos não consigam escapar dos fios de uma teia.</p> <p>(B) Os desenhos formados pelos fios de uma teia (assemelhar-se) à trama dos fios de uma rede de pescar.</p> <p>(C) (queixar-se) dos incômodos de uma teia quem precisa demovê-la do alto de uma cumeeira.</p> <p>(D) Tal como as aranhas fazem com seus fios, (fazer) com as palavras todo aquele que se dispõe a articular um texto com precisão.</p> <p>(E) Não nos (cabem) atribuir adjetivos como <i>crueis</i> ou <i>maldosos</i> aos atos praticados pelos animais.</p>

13. É preciso **corrigir** a redação da seguinte frase:
- (A) Qualquer assunto – inclusive uma aranha e sua teia – pode despertar o interesse de um cronista que está em busca de um tema.
 - (B) Nas disputas entre os insetos, o vencedor pode ser o mais habilidoso e não, necessariamente, o mais forte.
 - (C) É possível que, para muitos leitores, proceda a comparação que o autor faz entre o trabalho de uma aranha e o de um escritor.
 - (D) Muita gente acredita de que as aranhas são perniciosas quando suas teias são elaboradas, tendo preso os insetos.
 - (E) Não deixa de ser um espetáculo, para um observador atento, a segura caminhada que faz a aranha em direção à sua presa.

14. Justifica-se o uso do sinal de crase apenas em:
- (A) As aranhas tecem à toda hora, seja para construir, seja para reforçar a teia.
 - (B) Os vegetais também ficam à desfrutar o sol, a chuva, o vento.
 - (C) A aranha assiste pacientemente à luta do inseto para livrar-se da teia.
 - (D) A conclusão à que aspira o cronista seria a explicação da vida e da morte.
 - (E) Os vegetarianos levam à sério a idéia de que não matam nada para comer.

15. Todas as formas verbais estão corretamente flexionadas na frase:
- (A) O cronista dá a entender que jamais interveio para libertar um inseto.
 - (B) Se não convisse matar para comer, a natureza não o determinaria.
 - (C) Nunca me aprouveu matar para comer; aguardo que matem por mim.
 - (D) Se a natureza revesse sua principal lei, que tipo de vida haveria?
 - (E) Se a vida não se compor com a morte, romper-se-á todo o equilíbrio.

16. Dado um número inteiro e positivo N, chama-se *persistência* de N a quantidade de etapas que são necessárias para que, através de uma seqüência de operações preestabelecidas efetuadas a partir de N, seja obtido um número de apenas um dígito. O exemplo seguinte mostra que a *persistência* do número 7 191 é 3:

$$7\ 191 \xrightarrow{7 \times 1 \times 9 \times 1} 63 \xrightarrow{6 \times 3} 18 \xrightarrow{1 \times 8} 8$$

Com base na definição e no exemplo dados, é correto afirmar que a *persistência* do número 8 464 é

- (A) menor que 4.
- (B) 4
- (C) 5
- (D) 6
- (E) maior que 6.

17. Ao longo de uma reunião, da qual participaram o presidente de certa empresa e alguns funcionários, foram servidos 28 salgadinhos em uma bandeja. Sabe-se que:
- todos os participantes da reunião sentaram-se ao redor de uma mesa circular;
 - o primeiro a ser servido dos salgadinhos foi o presidente e, após ele, sucessivamente, todos os demais também o foram, um a um, a partir da direita do presidente;
 - a cada passagem da bandeja, todas as pessoas se serviram, cada qual de um único salgadinho;
 - coube ao presidente ser servido do último salgadinho da bandeja.

Considerando que as pessoas podem ter comido mais de um salgadinho, o total de participantes dessa reunião poderia ser

- (A) 4
- (B) 9
- (C) 10
- (D) 13
- (E) 15

18. O **Mini Sudoku** é um divertido passatempo de raciocínio lógico. Ele consiste de 36 quadradinhos em uma grade 6×6 , subdividida em seis grades menores de 2×3 . O objetivo do jogo é preencher os espaços em branco com os números de 1 a 6, de modo que os números colocados não se repitam nas linhas, nem nas colunas, nem nas grades 2×3 e tampouco na grade 6×6 , conforme é mostrado no exemplo que segue.

1	5	2	4	3	6
4	3	6	2	1	5
5	6	3	1	4	2
2	1	4	6	5	3
3	2	1	5	6	4
6	4	5	3	2	1

Observe que, no esquema de jogo abaixo, três das casas em branco aparecem sombreadas. Você deve completar o esquema de acordo com as regras do jogo, para descobrir quais números deverão ser colocados nessas casas.

	3	2			5
4					
6			2		
		3			4
					3
3			1	5	

A soma dos números que corretamente deverão preencher as casas sombreadas é

- (A) 7
- (B) 9
- (C) 11
- (D) 13
- (E) 15

19. Floriano e Peixoto são funcionários do Ministério Público da União e, certo dia, cada um deles recebeu um lote de processos para arquivar. Sabe-se que:

- os dois lotes tinham a mesma quantidade de processos;
- ambos iniciaram suas tarefas quando eram decorridos $\frac{37}{96}$ do dia e trabalharam ininterruptamente até concluí-la;
- Floriano gastou 1 hora e 45 minutos para arquivar todos os processos de seu lote;
- nas execuções das respectivas tarefas, a capacidade operacional de Peixoto foi 60% da de Floriano.

Nessas condições, Peixoto completou a sua tarefa às

- (A) 11 horas e 15 minutos.
- (B) 11 horas e 20 minutos.
- (C) 11 horas e 50 minutos.
- (D) 12 horas e 10 minutos.
- (E) 12 horas e 25 minutos.

20. Mensalmente, um técnico administrativo elabora relatórios estatísticos referentes à expedição de correspondências internas e externas. Analisando os relatórios por ele elaborados ao final dos meses de setembro, outubro e novembro de 2006, foi observado que:

- do total de correspondências em setembro, 20% eram de âmbito interno;
- em cada um dos meses seguintes, o número de correspondências internas expedidas aumentou 10% em relação às internas expedidas no mês anterior, enquanto que para as externas, o aumento mensal foi de 20%, em relação às externas.

Comparando-se os dados do mês de novembro com os de setembro, é correto afirmar que o aumento das correspondências expedidas

- (A) no total foi de 39,4%.
- (B) internamente foi de 42,2%.
- (C) externamente foi de 34,6%.
- (D) internamente foi de 20%.
- (E) externamente foi de 40%.

Instruções: Para responder às questões de números 21 a 25, considere as informações abaixo.

OBJETIVO:

O Ministério Público do Governo Federal de um país deseja modernizar seu ambiente tecnológico de informática. Para tanto, adquirirá equipamentos de computação eletrônica avançados e redefinirá seus sistemas de computação a fim de agilizar seus processos internos e também melhorar seu relacionamento com a sociedade.

REQUISITOS PARA ATENDER AO OBJETIVO:

§1º – O ambiente de rede de computadores, para troca de informações exclusivamente internas do Ministério, deverá usar a mesma tecnologia da rede mundial de computadores.

§2º – O acesso a determinadas informações somente poderá ser feito por pessoas autorizadas.

§3º – Os funcionários poderão se comunicar através de um serviço de conversação eletrônica em modo instantâneo (tempo real).

§4º – A comunicação eletrônica também poderá ser feita via internet no modo não instantâneo.

§5º – Para garantir a recuperação em caso de sinistro, as informações deverão ser copiadas em mídias digitais e guardadas em locais seguros.

§6º – Os textos elaborados em editores eletrônicos deverão estar corretos tanto sintática quanto ortograficamente e os parágrafos deverão estar devidamente justificados, com exceção dos títulos, que deverão ser centralizados.

§7º – As planilhas de cálculo deverão totalizar todas as colunas de valores. Exemplo:

.....	A	B
1		Valor
2		1
3		2
4		3
5		4
6	Total	10

§8º – Os arquivos anexados às mensagens recebidas por meio de correio eletrônico, em cópia oculta, deverão ser salvos em uma pasta do computador local com identificação de Nome, Tamanho, Tipo e Data de modificação, bem como copiados em mídia removível, que será entregue ao supervisor do departamento.

21. Para atender ao requisito do §7º, a célula B6 do exemplo somente estará correta se contiver a fórmula

- (A) =(B2+B5).
- (B) =SOMA(B2:B5).
- (C) =(SOMA:B2:B5).
- (D) =SOMA(A2;A5).
- (E) =SOMA(B2+B5).

<p>22. Os §2º e §5º especificam correta e respectivamente requisitos de uso de</p> <p>(A) antivírus e <i>backup</i>.</p> <p>(B) <i>firewall</i> e digitalização.</p> <p>(C) antivírus e <i>firewall</i>.</p> <p>(D) senha e <i>backup</i>.</p> <p>(E) senha e antivírus.</p>	<p>27. É certo que o Conselho Nacional do Ministério Público</p> <p>(A) poderá, dentre outras atribuições, destituir, pelo voto de dois terços de seus membros, os Procuradores-Gerais que atentem contra os princípios constitucionais.</p> <p>(B) possui, dentre outras atribuições, o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros.</p> <p>(C) compõe-se de quinze membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e seis anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução.</p> <p>(D) escolherá, em votação secreta, um Corregedor Nacional, dentre os membros do Ministério Público que o integram, para um mandato de dois anos, admitida a recondução.</p> <p>(E) compõe-se de dezesseis membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.</p>
<p>23. Considerando o ambiente Microsoft, as operações usadas para atender respectivamente aos requisitos de correção e justificação especificados no §6º são feitas em Ortografia e gramática do menu</p> <p>(A) Ferramentas e Configurar página do menu Arquivo.</p> <p>(B) Editar e Parágrafo do menu Formatar.</p> <p>(C) Ferramentas e Parágrafo do menu Formatar.</p> <p>(D) Editar e Parágrafo do menu Arquivo.</p> <p>(E) Exibir e Configurar página do menu Formatar.</p>	<p>28. O Procurador da República, mesmo que em estágio probatório, dentre outras funções,</p> <p>(A) poderá interceptar comunicações telefônicas, para a produção de prova em investigação criminal ou inquérito civil, mesmo sem autorização judicial.</p> <p>(B) exercerá a consultoria jurídica de entidades públicas e representará judicialmente os interesses patrimoniais da União.</p> <p>(C) presidirá, obrigatoriamente, os inquéritos policiais que versem sobre crimes contra o meio ambiente.</p> <p>(D) promoverá, concorrentemente, a ação penal pública, o inquérito civil e a ação civil pública.</p> <p>(E) poderá requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicando os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.</p>
<p>24. Os §1º, §3º e §4º correspondem correta e respectivamente a</p> <p>(A) intranet, <i>chat</i> e <i>e-mail</i>.</p> <p>(B) intranet, <i>e-mail</i> e <i>chat</i>.</p> <p>(C) navegador, busca e <i>chat</i>.</p> <p>(D) navegador, <i>e-mail</i> e intranet.</p> <p>(E) internet, <i>e-mail</i> e <i>chat</i>.</p>	<p>29. O órgão do Ministério Público Federal competente para determinar o afastamento preventivo do exercício de suas funções, do membro do Ministério Público Federal indiciado ou acusado em processo disciplinar, e o seu retorno, é</p> <p>(A) o Colégio de Procuradores da República.</p> <p>(B) o Conselho Nacional do Ministério Público.</p> <p>(C) o Conselho Superior do Ministério Público Federal.</p> <p>(D) a Corregedoria-Geral do Ministério Público Federal.</p> <p>(E) a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.</p>
<p>25. São termos e elementos que podem ser observados mediante entendimento dos requisitos especificados no §8º:</p> <p>(A) <i>Cc</i> e <i>pen-drive</i>.</p> <p>(B) <i>e-mail</i> e <i>chat</i>.</p> <p>(C) impressora e <i>scanner</i>.</p> <p>(D) navegador e disco rígido.</p> <p>(E) <i>Cco</i> e disquete.</p>	<p>30. Em relação aos Servidores Públicos Cíveis da União, é INCORRETO afirmar que têm eles o dever, dentre outros, de</p> <p>(A) tratar com urbanidade as pessoas.</p> <p>(B) guardar sigilo sobre assunto da repartição.</p> <p>(C) cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais.</p> <p>(D) recusar fé a documentos públicos.</p> <p>(E) representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.</p>
<p>26. Dentre os princípios institucionais do Ministério Público, a indivisibilidade significa que seus membros</p> <p>(A) devem acatar as decisões dos órgãos da administração superior, sob pena de perderem os respectivos cargos.</p> <p>(B) integram um único órgão sob a direção do Procurador-Geral da República.</p> <p>(C) não se encontram subordinados a nenhum outro órgão ou poder quando desempenham seus deveres profissionais.</p> <p>(D) somente podem ser removidos compulsoriamente de seus respectivos cargos mediante decisão do colegiado competente.</p> <p>(E) podem ser substituídos uns pelos outros, não arbitrariamente, mas conforme a forma estabelecida na lei.</p>	

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

31. Poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão se decorrido
- (A) um ano da arrecadação dos bens do ausente, ou, se ele deixou representante ou procurador, em se passando seis meses.
 - (B) um ano da arrecadação dos bens do ausente, ou, se ele deixou representante ou procurador, em se passando três anos.
 - (C) seis meses da arrecadação dos bens do ausente, ou, se ele deixou representante ou procurador, em se passando um ano.
 - (D) seis meses da arrecadação dos bens do ausente, inclusive se tiver deixado representante ou procurador.
 - (E) três anos da arrecadação dos bens do ausente, ou, se ele deixou representante ou procurador, em se passando seis meses.

32. A respeito das pessoas jurídicas analise:
- I. As autarquias, os partidos políticos e as organizações religiosas são pessoas jurídicas de direito público interno.
 - II. Em regra, se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões se tomarão pela maioria de votos dos presentes.
 - III. Se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o juiz, a requerimento de qualquer interessado, nomear-lhe-á administrador provisório.
 - IV. As fundações somente poderão constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.

É correto o que consta APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) II e IV.

33. De acordo com a classificação dos bens adotada pelo Código Civil brasileiro, é correto afirmar:
- (A) Os rios, mares, estradas, ruas e praças são considerados bens públicos de uso especial.
 - (B) Consideram-se bens móveis, para os efeitos legais, os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram.
 - (C) Consideram-se bens imóveis para os efeitos legais, as energias que tenham valor econômico.
 - (D) São infungíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
 - (E) Os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei ou por vontade das partes.

34. Em uma sala encontram-se cinco pessoas: Mário, Maria, Márcia, Mariana e Marcos. Mário é pródigo; Maria, por causa transitória, não pode exprimir sua vontade; Márcia é excepcional, sem desenvolvimento mental completo; Mariana, por deficiência mental, tem o discernimento reduzido e Marcos conta com dezessete anos de idade. É absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil:
- (A) Maria
 - (B) Mário
 - (C) Márcia
 - (D) Mariana
 - (E) Marcos

35. Pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada, ou lhe diminuam o valor, a coisa recebida em virtude de contrato comutativo. Com relação aos vícios redibitórios é certo que
- (A) o adquirente, em regra, decai do direito de obter a redibição no prazo de sessenta dias se a coisa for móvel, contado da entrega efetiva.
 - (B) o alienante restituirá o que recebeu com perdas e danos, inclusive se não conhecia o vício ou defeito da coisa.
 - (C) a responsabilidade do alienante subsiste ainda que a coisa pereça em poder do alienatário, se perecer por vício oculto, já existente ao tempo da tradição.
 - (D) o adquirente deverá rejeitar a coisa, quando constatado o vício ou defeito oculto, redibindo o contrato, não podendo reclamar abatimento no preço.
 - (E) o adquirente, em regra, decai do direito de obter a redibição no prazo de dois anos se a coisa for imóvel, contado da entrega efetiva.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

36. Dispõe o artigo 1º do Código Penal: "*Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal*". Tal dispositivo legal consagra o princípio da
- (A) ampla defesa.
 - (B) legalidade.
 - (C) presunção de inocência.
 - (D) dignidade.
 - (E) isonomia.
37. Em matéria penal, a lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores,
- (A) desde que o representante do Ministério Público não tenha apresentado a denúncia.
 - (B) desde que a autoridade policial ainda não tenha instaurado inquérito policial a respeito.
 - (C) ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
 - (D) desde que ainda não tenha sido recebida a denúncia apresentada pelo Ministério Público.
 - (E) desde que a sentença condenatória ainda não tenha transitado em julgado.

<p>38. Luiz foi condenado à pena de 1 (um) ano de reclusão em outro país por crime cometido no Brasil. Após ter cumprido integralmente a pena, retornou ao território nacional e foi preso para cumprir pena de 2 (dois) anos de reclusão que lhe fora imposta, pelo mesmo fato, pela Justiça Criminal brasileira. Nesse caso, a pena cumprida no estrangeiro</p> <p>(A) será somada à pena imposta no Brasil e o resultado dividido por dois, apurando-se o saldo a cumprir.</p> <p>(B) não será descontada da pena imposta no Brasil, por se tratarem de condenações impostas em diferentes países.</p> <p>(C) será considerada atenuante da pena imposta no Brasil, podendo o sentenciado cumpri-la em regime menos rigoroso.</p> <p>(D) será descontada da pena imposta no Brasil e responderá o sentenciado pelo saldo a cumprir.</p> <p>(E) isentará o autor do delito de cumprir qualquer pena no Brasil, por já tê-la cumprido no estrangeiro.</p>	<p>42. De conformidade com a ordem constitucional vigente, dentre os direitos sociais, é assegurado à categoria dos trabalhadores domésticos</p> <p>(A) proteção em face de automação a critério da empresa.</p> <p>(B) piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.</p> <p>(C) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.</p> <p>(D) pagamento de horas extras pelo serviço extraordinário prestado.</p> <p>(E) repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.</p>
<p>39. No que tange à aplicação da lei penal, considere:</p> <p>I. crime cometido no estrangeiro contra a administração pública, por quem está a seu serviço;</p> <p>II. crime de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil;</p> <p>III. crime cometido no estrangeiro por brasileiro, que não é punível no país em que foi praticado.</p> <p>Dentre os crimes acima, ficam sujeitos à lei brasileira os indicados APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) I e II.</p> <p>(D) I e III.</p> <p>(E) II e III.</p>	<p>43. Também são considerados brasileiros natos os nascidos</p> <p>(A) no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que um deles não esteja a serviço da República Federativa do Brasil.</p> <p>(B) na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.</p> <p>(C) no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, independente de optarem pela nacionalidade brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil.</p> <p>(D) no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que ambos não estejam a serviço da República Federativa do Brasil.</p> <p>(E) no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem pela nacionalidade brasileira até a maioridade.</p>
<p>40. É certo que se aplica a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de</p> <p>(A) embarcações mercantes brasileiras que estejam em mar territorial estrangeiro.</p> <p>(B) embarcações mercantes brasileiras que estejam em porto estrangeiro.</p> <p>(C) aeronaves mercantes brasileiras que estejam em espaço aéreo estrangeiro.</p> <p>(D) aeronaves mercantes brasileiras que estejam em pouso em aeroporto estrangeiro.</p> <p>(E) embarcação estrangeira de propriedade privada que esteja em mar territorial brasileiro.</p>	<p>44. A respeito dos servidores públicos, analise:</p> <p>I. Os Ministros de Estado serão remunerados por subsídio fixado em parcela única, com acréscimo de gratificação e verba de representação.</p> <p>II. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.</p> <p>III. Os servidores públicos titulares de cargos efetivos da União serão aposentados compulsoriamente, aos oitenta anos de idade.</p> <p>IV. Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável será reconduzido ou reintegrado em outro cargo público.</p>
<p style="text-align: center;">NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL</p> <p>41. Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, será concedido</p> <p>(A) mandado de injunção.</p> <p>(B) <i>habeas-data</i>.</p> <p>(C) mandado de segurança.</p> <p>(D) <i>habeas corpus</i>.</p> <p>(E) ação popular.</p>	<p>É correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I, II e IV.</p> <p>(C) II.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III e IV.</p>

<p>45. São privativos de brasileiro nato, dentre outros, os cargos de</p> <p>(A) Presidente da Câmara dos Deputados e da carreira diplomática.</p> <p>(B) Ministro do Supremo Tribunal Federal e de Governador do Distrito Federal.</p> <p>(C) Ministro de Estado da Defesa e de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(D) Governador do Distrito Federal e de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(E) Presidente da Câmara dos Deputados e de Governador do Distrito Federal.</p>	<p>50. Os atos administrativos puramente de administração dos bens e serviços públicos, e os atos administrativos que se destinam a dar andamento aos processos e papéis que tramitam pelas repartições públicas são classificados, respectivamente, como atos de</p> <p>(A) gestão e expediente.</p> <p>(B) expediente e gestão.</p> <p>(C) império e expediente.</p> <p>(D) expediente e império.</p> <p>(E) império e gestão.</p>
<p>46. A respeito da carreira da magistratura, é correto afirmar que</p> <p>(A) o tribunal, na promoção por antiguidade, somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado da metade de seus membros.</p> <p>(B) o cargo inicial, provido mediante concurso público, será o de juiz de primeira instância.</p> <p>(C) a promoção de entrância, para entrância, será feita uma vez por antiguidade e duas por merecimento e assim sucessivamente.</p> <p>(D) é obrigatória a promoção de juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento.</p> <p>(E) a promoção por merecimento pressupõe, dentre outros requisitos, pelo menos três anos de exercício na respectiva entrância.</p>	<p>51. No que concerne aos atributos dos atos administrativos, analise:</p> <p>I. Em regra, a presunção de legitimidade autoriza a imediata execução ou operatividade dos atos administrativos, mesmo que argüidos de vícios ou defeitos que os levem à invalidade.</p> <p>II. A imperatividade é um atributo do ato administrativo que impõe a coercibilidade para o seu cumprimento ou execução e está presente em todos os atos.</p> <p>III. A imperatividade decorre, somente, da existência do ato administrativo, não dependendo da sua declaração de validade ou invalidade.</p> <p>IV. A presunção de legitimidade e veracidade tem como consequência a transferência do ônus da prova de invalidade do ato administrativo para quem a invoca.</p> <p>É correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) III e IV.</p> <p>(B) II, III e IV.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) I, III e IV.</p> <p>(E) I, II e III.</p>
<p>47. Dentre outras atribuições, compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente,</p> <p>(A) os mandados de segurança e os <i>habeas data</i> contra ato de Ministro de Estado.</p> <p>(B) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal.</p> <p>(C) a homologação de sentenças estrangeiras.</p> <p>(D) a concessão de <i>exequatur</i> às cartas rogatórias.</p> <p>(E) os <i>habeas corpus</i>, quando o coator for Comandante da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica.</p>	
<p>48. O julgamento, em recurso especial, das causas decididas em única ou última instância pelos Tribunais de Justiça dos Estados, quando a decisão recorrida contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência, compete</p> <p>(A) às Câmaras Regionais dos Tribunais Regionais Federais.</p> <p>(B) ao Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(C) aos Tribunais Regionais Federais.</p> <p>(D) aos juízes federais.</p> <p>(E) ao Superior Tribunal de Justiça.</p>	
<p style="text-align: center;">NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO</p> <p>49. Determinado órgão público federal ligado à cultura pretende atribuir prêmio e ofertar remuneração a trabalho artístico, predominantemente de criação intelectual. Para a escolha do melhor trabalho, o administrador deverá realizar a modalidade de licitação caracterizada como</p> <p>(A) leilão.</p> <p>(B) tomada de preços.</p> <p>(C) convite.</p> <p>(D) concurso.</p> <p>(E) pregão.</p>	<p>52. Com relação à invalidação dos atos administrativos, é correto afirmar:</p> <p>(A) A cassação é a modalidade de anulação de ato administrativo que, embora legítimo em sua origem e formação, tornou-se ilegal na sua execução.</p> <p>(B) Como regra, os efeitos da anulação dos atos administrativos não retroagem às suas origens, invalidando apenas as consequências futuras do ato anulado.</p> <p>(C) A anulação é a declaração de invalidação de um ato administrativo legítimo e legal, mas que se tornou inconveniente ou inoportuno ao interesse público.</p> <p>(D) A administração que praticou ato ilegal não poderá anulá-lo por seus próprios meios, devendo a anulação ser procedida exclusivamente pelo Poder Judiciário.</p> <p>(E) Anulada uma nomeação de servidor, deverá ele repor os vencimentos percebidos ilegalmente, inclusive se estiver de boa-fé, aplicando-se o princípio da segurança jurídica.</p>

<p>53. É certo que os contratos administrativos</p> <p>(A) não poderão prever cláusulas exorbitantes, ou seja, que excedam o Direito Comum para consignar uma vantagem ou uma restrição à Administração.</p> <p>(B) são sempre formais, onerosos, comutativos e realizado <i>intui personae</i> e, em regra, consensuais.</p> <p>(C) de atribuição são aqueles em que a Administração confere determinadas vantagens ou certos direitos ao particular.</p> <p>(D) deverão prever, expressamente, o controle do contrato pela Administração Pública, uma vez que esse controle não está implícito na contratação pública.</p> <p>(E) devem prever penalidades contratuais que só poderão ser aplicadas pelo Poder Judiciário, em razão da segurança jurídica existente na contratação.</p>	<p>56. Um empregado trabalhou de 15 de janeiro de 1996 a 28 de outubro de 2005. Considerando a prescrição, poderá ajuizar reclamação trabalhista até 28 de outubro de</p> <p>(A) 2010, reclamando verbas do biênio anterior à data da propositura da ação.</p> <p>(B) 2010, reclamando verbas do quinquênio anterior à data da propositura da ação.</p> <p>(C) 2010, reclamando verbas de todo o contrato de trabalho.</p> <p>(D) 2007, reclamando verbas do biênio anterior à data da propositura da ação.</p> <p>(E) 2007, reclamando verbas do quinquênio anterior à data da propositura da ação.</p>
<p>54. No que toca à formalização do contrato administrativo, analise:</p> <p>I. Para a formalização de contrato administrativo que exija concorrência e tomada de preço é obrigatório o termo do contrato.</p> <p>II. Em regra, o contrato administrativo regularmente publicado dispensa testemunhas e registro em cartório.</p> <p>III. As cláusulas contratuais que fixam o objeto do contrato são consideradas cláusulas acessórias.</p> <p>IV. As leis administrativas obrigam a Administração Pública à exigência de garantia a fim de assegurar a execução do contrato.</p> <p>É correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) III e IV.</p> <p>(B) II, III e IV.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) I, II e III.</p> <p>(E) I e II.</p>	<p>57. Considerando o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que, a partir de 05 de outubro de 1988,</p> <p>(A) foi garantido o aviso prévio na dispensa injusta.</p> <p>(B) o trabalho noturno passou a ser remunerado com adicional de 30%.</p> <p>(C) o período de licença-paternidade foi ampliado.</p> <p>(D) o adicional de horas extras foi fixado em, no mínimo, 30% sobre a hora normal.</p> <p>(E) foi proibido o exercício do direito de greve.</p>
<p style="text-align: center;">NOÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO</p> <p>55. É permitido o trabalho extraordinário, independentemente de acordo escrito ou contrato coletivo, e desde que dentro de 10 dias seja comunicado à autoridade competente, na hipótese de</p> <p>(A) execução de atividades consideradas insalubres ou perigosas.</p> <p>(B) conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução venha a causar prejuízo manifesto.</p> <p>(C) realização de atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho.</p> <p>(D) exercício de cargo de confiança com percepção de gratificação de função.</p> <p>(E) trabalho em regime de tempo parcial.</p>	<p>58. O empregado pode considerar rescindido seu contrato de trabalho e exigir a indenização devida quando o empregador</p> <p>(A) deixar de fornecer os equipamentos de proteção individual imprescindíveis ao tipo de trabalho executado.</p> <p>(B) exigir que cumpra o regulamento da empresa.</p> <p>(C) conceder férias no período que melhor atenda aos interesses da empresa.</p> <p>(D) determinar a transferência do local de trabalho em razão de mudança de endereço da empresa.</p> <p>(E) determinar sua reversão ao cargo anteriormente ocupado, após deixar o exercício de cargo de confiança.</p> <p>59. O contrato de experiência transforma-se automaticamente em contrato por prazo indeterminado quando</p> <p>(A) é celebrado por prazo superior a 45 dias.</p> <p>(B) tem por objeto a consecução da atividade-fim da empresa.</p> <p>(C) é prorrogado uma única vez.</p> <p>(D) o seu término coincide com domingo ou feriado, dando-se a rescisão no primeiro dia útil que se seguir.</p> <p>(E) é anotado na CTPS do empregado.</p> <p>60. A alteração na estrutura jurídica da empresa</p> <p>(A) afeta apenas os contratos de trabalho com duração inferior a um ano.</p> <p>(B) não afeta os contratos de trabalho de seus empregados.</p> <p>(C) faz surgir novo vínculo de emprego.</p> <p>(D) é causa obrigatória de rescisão do contrato de trabalho.</p> <p>(E) enseja, automaticamente, pedido de demissão do empregado.</p>